
PREÂMBULO

A Educação é, no contexto do mundo atual, uma tarefa que cabe a toda a sociedade. É uma área prioritária e fundamental para o desenvolvimento económico e social do concelho, sendo encarada como condição de progresso de promoção da qualidade de vida.

De entre as atribuições cometidas às Autarquias Locais, encontramos no artigo 13.º, n.º 1, alínea d), da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, a Educação. Às autarquias cabe, perante as realidades locais, promover ações que fomentem o desenvolvimento de políticas educativas ativas, por si ou em articulação com outros parceiros da comunidade educativa. É desejável, por isso, que se criem mecanismos que potenciem e motivem as novas gerações para o conhecimento, para as aprendizagens e que, simultaneamente possam favorecer o sucesso educativo.

O Prémio de Mérito Escolar do Município da Trofa tem como grande objetivo reconhecer e valorizar o mérito, a excelência, a dedicação, o esforço no trabalho e no desempenho, proporcionando, também, o seu reconhecimento público.

Disposições Gerais**Artigo 1.º****Leis Habilitantes**

1. O presente Regulamento tem como leis habilitantes:

- a) Artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa;
- b) Alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Artigo 2.º**Objeto**

O presente Regulamento estabelece as normas de atribuição do Prémio de Mérito Escolar pela Câmara Municipal da Trofa, aos alunos de cada estabelecimento de ensino público, privado ou cooperativo do Concelho da Trofa.

Artigo 3.º**Prémio**

1. O Prémio de Mérito Escolar é atribuído anualmente ao melhor aluno do 6.º, 9.º e 12.º ano de cada estabelecimento de ensino público, privado ou cooperativo, do Concelho da Trofa.

2. O prémio ao melhor aluno do 12.º ano de escolaridade é atribuído na modalidade de ensino regular e ensino profissional.

Artigo 4.º

Candidatos

1. Os candidatos ao Prémio de Mérito Escolar são todos os alunos que cumulativamente:
 - a) Residam e frequentem estabelecimentos de ensino sedeados no Concelho da Trofa;
 - b) Tenham concluído no ano letivo transato o 6.º, 9.º ou 12.º ano;
 - c) Tenham frequentado todos os anos do ciclo a que o prémio respeita, nos estabelecimentos de ensino do Concelho da Trofa.

Artigo 5.º

Seleção dos Candidatos

1. A seleção do melhor aluno de cada um dos anos indicados compete exclusivamente a cada Agrupamento de Escolas e a cada estabelecimento de ensino público, privado ou cooperativo, tendo em consideração a classificação média final, sem arredondamento.
2. Em caso de empate, o prémio é atribuído ao aluno que apresentar a melhor média dos anos anteriores a que o ciclo se reporta.
3. No caso de se manter o empate, o prémio é atribuído ao aluno que tiver revelado melhor desempenho ao nível da sua atitude cívica em contexto escolar.
- 3.1. Na avaliação do critério atitude cívica deverão ser considerados os seguintes indicadores, com a respetiva ponderação:

Participação em projetos a título voluntário – 20%

Capacidade de identificar problemas entre pares – 10%

Espírito de entreajuda e solidariedade – 30%

Capacidade de trabalhar em grupo/equipe – 20%

Preocupação manifestada face a questões ambientais e sociais – 20%

Artigo 6.º**Indicação dos Candidatos**

1. A Direção de cada Agrupamento de Escolas e de cada estabelecimento de ensino público, privado ou cooperativo deverá enviar, por escrito, à Câmara Municipal da Trofa, a relação nominativa dos alunos premiados, até ao final do mês de agosto de cada ano.
2. A relação referida no ponto anterior deverá ser acompanhada de fotocópia do registo individual do aluno, onde conste as classificações obtidas.

Artigo 7.º**Atribuição e Entrega dos Prémios**

1. O Prémio de Mérito Escolar a atribuir no âmbito do presente Regulamento, poderá ser pecuniário ou em espécie, cabendo à Câmara Municipal, anualmente, deliberar sobre a matéria, até ao dia 31 de julho.
2. A entrega do prémio ocorrerá em sessão pública.

Artigo 8º**Diploma**

Conjuntamente com o prémio será entregue um diploma alusivo à distinção concedida.

Disposições finais**Artigo 9.º****Dúvidas e Omissões**

As dúvidas, casos omissos e interpretações resultantes da aplicação do presente Regulamento serão resolvidos pela Câmara Municipal.

Artigo 10º**Revogação**

Ficam revogadas as disposições regulamentares contrárias ao presente Regulamento.

Artigo 11º**Entrada em vigor**

O presente Regulamento entrará em vigor no dia seguinte à sua publicação no Diário da República.